



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 7ª VARA DO  
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Valdevina Félix da Costa Pereira e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu.
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21.11.2003
Data de instalação	03.09.2004
Data da última correição	13 a 17.10.2016
Período de correição	18 a 21.09.2017

Aos 18 de setembro de 2017, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa relativos ao período de 13.10.2016 a 17.09.2017, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 022/2017, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico do E. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado por correio eletrônico à Secretaria da Vara.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Juiz Titular da Vara, Normando Salomão Leitão, pela Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Juíza Substituta fixa Joliete Melo Rodrigues Honorato, pela Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.



Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus, SAOPJE e SUAP, referentes ao período de 1º.09.2016 a 31.08.2017 (12 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Normando Salomão Leitão	03.10.2011 – ATO TRT GP Nº 287/2011

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Capacitação	Protocolo TRT Nº 18746/2016	19.10.2016 a 19.10.2016	1
Licença médica	Protocolo TRT Nº 18271/2016	25.10.2016 a 27.10.2016	3
Férias	Protocolo TRT Nº 24871/2015	21.11.2016 a 20.12.2016	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 3459/2017	22.03.2017 a 24.03.2017	3
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	02.05.2017 a 31.05.2017	30

#### 1.1.2 Magistrada Substituta fixa

Juíza Substituta fixa	Fixação na Unidade
Joliete Melo Rodrigues Honorato	11.04.2007 – ATO TRT GP Nº 91/2007

#### 1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Substituta fixa (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 24871/2015	08.09.2016 a 07.10.2016	30
Licença pessoa família	Protocolo TRT Nº 6739/2017	08.05.2017 a 11.05.2017	4
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	03.07.2017 a 1º.08.2017	30



## 1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

## 1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 7ª Vara do Trabalho de Sousa conta, atualmente, com **15** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Auzeni Ferreira Pereira	Técnico Judiciário - Assistente III	03.09.2004
Hiram de Freitas Brasil	Técnico Judiciário - Assistente IV	03.09.2004
Ilanna Araújo Motta	Técnico Judiciário	27.09.2016
Ionete Carneiro de Andrade	Técnico Judiciário - Assistente IV	27.09.2012
Janayna Mendonça de Sá Leitão	Requisitada - Assistente II	31/10/2012
Jarismar Vicente de Sousa	Técnico Judiciário - Assistente V	03.09.2004
José Soares Ribeiro	Técnico Judiciário	07.12.2016
Juciane Farias Barbosa	Técnico Judiciário - Assistente IV	24.08.2005
Maria Verônica Vieira Alves	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	09.09.2005
Maristela Barbosa Viana	Técnico Judiciário - Assistente III	19.06.2000
Patrícia Feitosa Cruz	Técnico Judiciário - Assistente IV	06.07.2012
Patrícia Zuila Teotônio Rodrigues Pires	Técnico Judiciário - Diretora de Secretaria	04.10.2011
Rodrigo Ribeiro Brito	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	28.11.2011
Sônia Maria de Araújo Gomes	Requisitada - Assistente III	03.09.2004
Talita Simões Leão	Analista Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	06.11.2013

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão por tarefas nos Sistemas SUAP e Pje-JT, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.



## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em **31.08.2017**, um acervo processual de **4.333** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	2.267
Fase de liquidação	93
Fase de execução	1.892
Cartas precatórias e de ordem	81

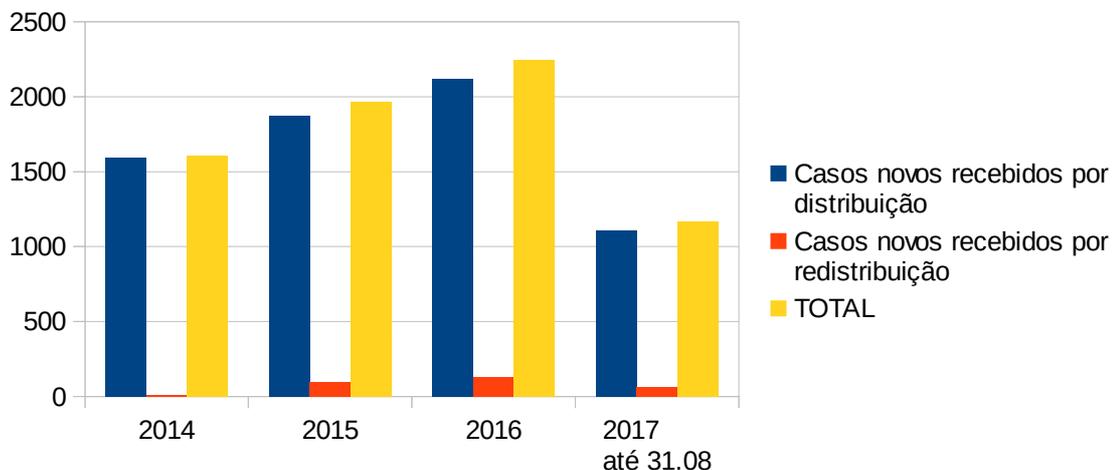
### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Em relação ao último triênio, a Unidade Judiciária apresenta a seguinte movimentação processual:

Item	2014	2015	2016	2017 até 31.08
Casos novos recebidos por distribuição	1.593	1.872	2.116	1.109
Casos novos recebidos por redistribuição	12	94	127	61
<b>TOTAL</b>	<b>1.605</b>	<b>1.966</b>	<b>2.243</b>	<b>1.170</b>

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2014, **31**; em 2015, **575**; em 2016, **674** e até 31.08.2017, **408** processos.





### 2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	2017 até 31.08.17
Aguardando a 1ª sessão de audiência	324	677	390	369
Aguardando o encerramento da instrução	620	351	694	580
Aguardando a prolação de sentença	86	144	141	96
<b>Total</b>	<b>1.030</b>	<b>1.172</b>	<b>1.225</b>	<b>1.045</b>

### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2014	2015	2016	2017 (até 31.08)	Variação (%)		
					2014/2015	2015/2016	2016/2017
Fase de conhecimento	1.710	1.472	2.099	2.267	- 13,91%	42,59%	8%
Fase de liquidação	41	27	43	93	- 34,14%	59,25%	116,27%
Fase de execução	1.118	1.383	1.659	1.892	23,70%	19,95%	14,04%

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



### 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

#### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira, e, em relação ao projeto descongestionar, às segundas, terças e quintas, no turno da tarde.

As últimas audiências agendadas em processos dos ritos sumaríssimo e ordinário foram:

<b>Sumaríssimo</b>	<b>Ordinário</b>
14.12.2017*	29.01.2018**

\* RTSum 0001348-09.2017.5.13.0022

\*\* RTOrd 0001350-76.2017.5.13.0022

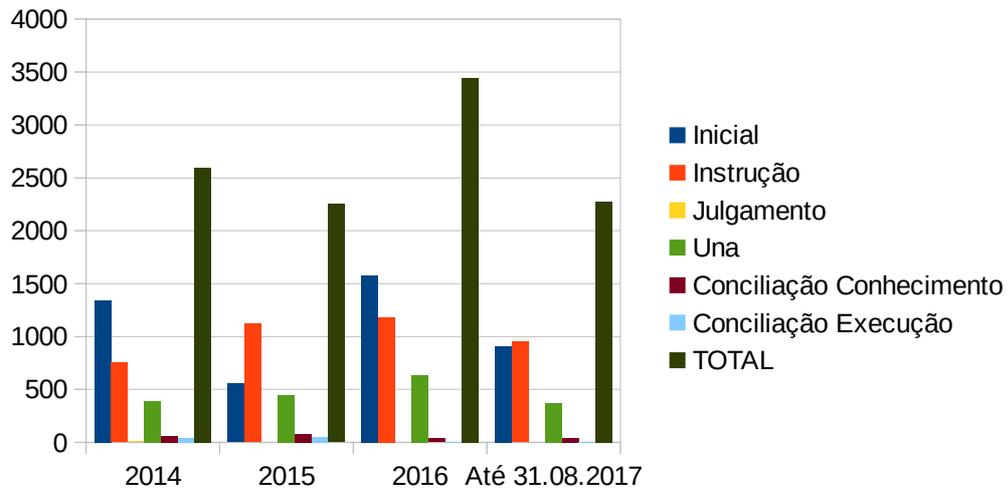
As audiências instrutórias estão sendo designadas para 21.02.2018 conforme se constata do processo 0000668-12.2017.5.13.0026.

#### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

#### 3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

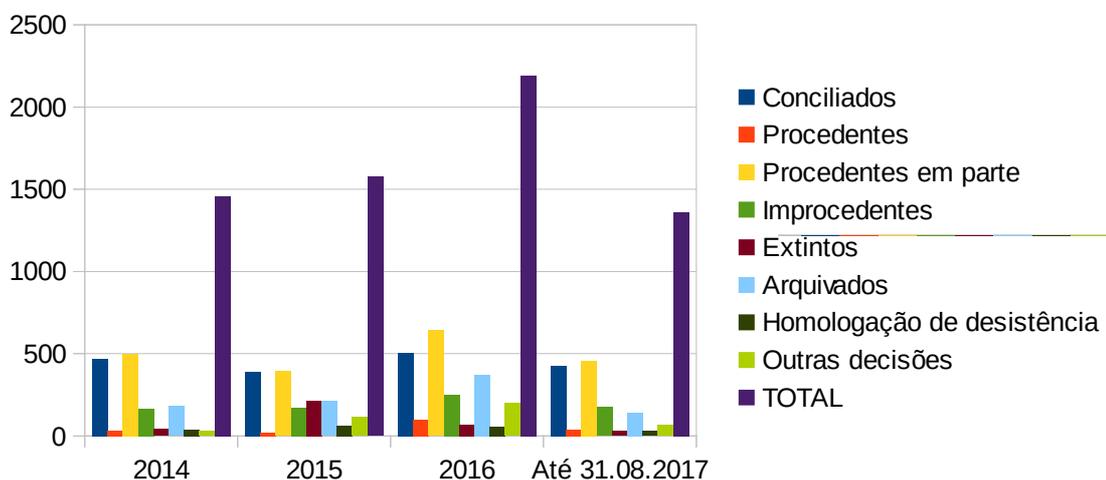
<b>Item</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Até 31.08.2017</b>
Inicial	1.341	557	1.579	911
Instrução	752	1.121	1.179	951
Julgamento	8	-	-	-
Una	390	446	638	369
Conciliação Conhecimento	61	75	38	43
Conciliação Execução	43	51	7	4
<b>TOTAL</b>	<b>2.595</b>	<b>2.250</b>	<b>3.441</b>	<b>2.278</b>



Durante o período correicionado, foram convertidos em diligência **107** processos, dos quais **27** para prolação de sentença líquida.

### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

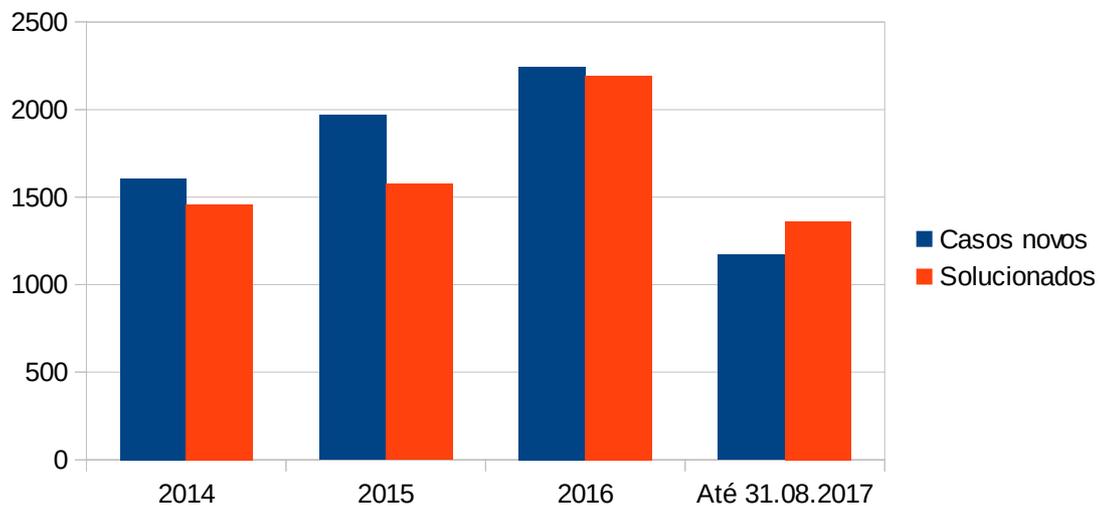
Item	2014	2015	2016	Até 31.08.2017
Conciliados	468	389	507	426
Procedentes	32	21	96	40
Procedentes em parte	501	393	642	457
Improcedentes	167	170	251	175
Extintos	41	215	69	28
Arquivados	180	212	370	140
Homologação de desistência	39	61	57	29
Outras decisões	30	115	201	66
<b>TOTAL</b>	<b>1.458</b>	<b>1.576</b>	<b>2.193</b>	<b>1.361</b>





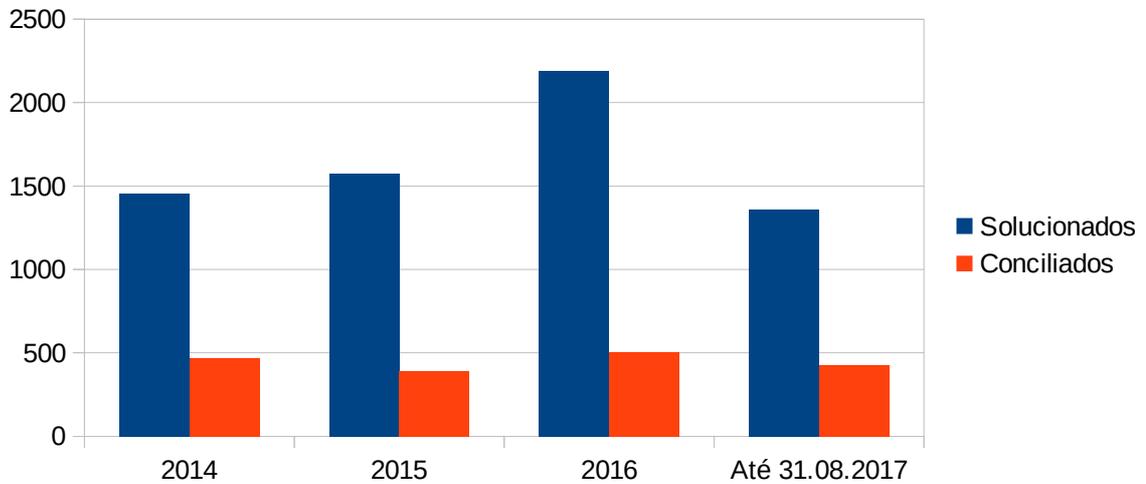
### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	Até 31.08.2017
Casos novos	1.605	1.966	2.243	1.170
Solucionados	1.458	1.576	2.193	1.361
<b>Percentual</b>	<b>90,84%</b>	<b>80,16%</b>	<b>97,77%</b>	<b>116,32%</b>



### 3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	Até 31.08.2017
Solucionados	1.458	1.576	2.193	1.361
Conciliados	468	389	507	426
<b>Percentual</b>	<b>32,09%</b>	<b>24,68%</b>	<b>23,11%</b>	<b>31,30%</b>



### 3. Produtividade dos magistrados – solucionados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Com exame do mérito									Total
	Com exame do mérito					Sem exame do mérito				
	Conciliação	Procedente	Proc. Parte	Improcedente	Extinto	Outras decisões	Arquivado	Extinto	Desistências/ Outras decisões	
<b>Normando Salomão Leitão</b>	229	30	279	163	2	-	123	19	98	<b>943</b>
<b>Joliete Melo Rodrigues Honorato</b>	238	27	323	81	11	1	73	16	50	<b>820</b>
<b>Albérico Viana Bezerra</b>	12	-	9	-	-	-	3	1	-	<b>25</b>
<b>Ana Beatriz Fernandes Gondim</b>	34	21	38	5	-	-	17	4	3	<b>122</b>
<b>Ana Paula Cabral Campos</b>	23	-	1	-	-	-	-	-	-	<b>24</b>
<b>Flávia Roberta Farias da Costa Assunção</b>	6	2	7	2	-	-	5	-	-	<b>22</b>
<b>Flávio Londres da Nóbrega</b>	14	13	31	7	-	-	13	-	5	<b>83</b>
<b>Francisca Poliana Assistóteles Rocha de Sá</b>	18	3	12	8	-	-	7	1	-	<b>49</b>
<b>Francisco Xavier de Andrade Filho</b>	6	-	10	3	-	-	8	-	1	<b>28</b>



George Falcão Coelho Paiva	4	-	5	1	-	-	7	-	1	<b>18</b>
José Guilherme Marques Júnior	3	-	1	1	-	-	2	-	-	<b>7</b>
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	1	-	-	-	-	-	-	<b>1</b>
Luiz Antônio Magalhães	4	1	8	1	-	-	5	-	1	<b>20</b>
Renata Maria Miranda Santos	-	-	2	-	-	-	-	-	-	<b>2</b>

No período correicionado, o Juiz Titular laborou **298** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **3,16** processos/dia. A Juíza substituta laborou **301** dias, com média de produção de **2,72** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar a média de produção.

### 3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Normando Salomão Leitão	128	155	13	65	-	8	<b>369</b>
Joliete Melo Rodrigues Honorato	107	159	2	6	-	-	<b>274</b>
Albérico Viana Bezerra	5	2	-	-	-	-	<b>7</b>
Ana Beatriz Fernandes Gondim	15	6	-	-	-	-	<b>21</b>
Ana Paula Cabral Campos	-	-	-	2	-	-	<b>2</b>
Flávia Roberta Farias da Costa Assunção	1	1	-	-	-	-	<b>2</b>
Flávio Londres da Nóbrega	13	12	-	-	-	-	<b>25</b>



<b>Francisca Poliana Asistóteles Rocha de Sá</b>	3	29	-	-	-	-	<b>32</b>
<b>Francisco Xavier de Andrade Filho</b>	3	1	-	-	-	-	<b>4</b>
<b>José Guilherme Marques Júnior</b>	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
<b>Luiz Antônio Magalhães</b>	3	1	-	-	-	-	<b>4</b>
<b>Renata Maria Miranda Santos</b>	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>

### 3.3.2 Produtividade do magistrado titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

<b>NORMANDO SALOMÃO LEITÃO</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial	536		
	Instrução	523		
	Julgamento	-		
	Una	207		
	<b>Total</b>	<b>1.266</b>		
	Conciliação	Fase de conhecimento1	12	
		Fase de execução	2	
	<b>Total de audiências realizadas</b>			<b>1.280</b>

### 3.3.3 Produtividade da magistrada substituta fixa – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

<b>JOLIETE MELO RODRIGUES HONORATO</b>		
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>		
Realizadas	Inicial	621
	Instrução	538



	Julgamento			-	
	Una			210	
	<b>Total</b>			<b>1.369</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento			9
		Fase de execução			1
<b>Total de audiências realizadas</b>				<b>1.379</b>	

### 3.4 Índice de congestionamento

#### 3.4.1 Fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de conhecimento baixados	803	1.145	1.793
Casos novos de conhecimento	1.593	1.872	2.116
Casos pendentes de conhecimento	1.710	1.472	1.609
Taxa de congestionamento	<b>76%</b>	<b>66%</b>	<b>52%</b>

#### 3.4.2 Fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de execução baixados	446	332	367
Casos novos de execução	430	381	549
Casos pendentes de execução	1.118	1.383	1.176
Taxa de congestionamento	<b>71%</b>	<b>81%</b>	<b>79%</b>

### 3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2014	2015	2016	2017 até 31.08
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	226	194	206	182
	Baixados	219	203	181	183
	<b>Pendentes</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>26</b>	<b>21</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	154	259	508	160
	Baixados	75	202	425	157
	<b>Pendentes</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>23</b>	<b>23</b>
<b>Impugnação à sentença de</b>	Recebidos	24	31	15	11
	Baixados	23	29	16	13



<b>liquidação</b>	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Embargos à execução</b>	Recebidos	86	119	100	55
	Baixados	89	127	97	54
	<b>Pendentes</b>	<b>23</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>11</b>
<b>Embargos à arrematação</b>	Recebidos	-	-	-	-
	Baixados	-	-	-	-
	<b>Pendentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Exceções de pré-executividade</b>	Recebidos	42	19	9	8
	Baixados	33	21	6	6
	<b>Pendentes</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

A Unidade correicionada apresentou, posteriormente aos dados fornecidos pelo sistema e-Gestão, números atualizados que comprovam grande redução no quantitativo de incidentes pendentes.

### 3.6 Recursos interpostos

<b>PERÍODO: 01.01 a 31.08.2017</b>					
<b>Item</b>	<b>Novos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Não recebidos</b>	<b>Baixados</b>	<b>Pendentes</b>
Recurso ordinário	402	396	16	-	<b>42</b>
Recurso adesivo	25	25	-	-	<b>1</b>
Agravo de petição	52	47	8	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>479</b>	<b>468</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>45</b>

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### 3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

<b>Item</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017 (até 31.08.17)</b>
Execuções pendentes	911	939	1.165	1.335
Execuções iniciadas	430	409	549	637
Recebidos de outros Órgãos	-	3	2	6
Execuções encerradas	376	272	367	495
Remetidos a outros Órgãos	-	5	6	8



Processos arquivados provisoriamente	160	191	206	134
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>939</b>	<b>1.165</b>	<b>1.335</b>	<b>1.553</b>

### 3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 31.08.17
Recebidas	216	195	155	86
Devolvidas	240	172	142	91
Pendentes de devolução	38	70	86	81

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	17,32	105,84	41,67
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	88,2	102,18	118,77
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	40,19	10,67	19,55
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	137,04	137,83	84,41
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	51,74	93,35	57,06
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	199,85	162,52	194,11
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	13,98	18,78	38,99
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	0,02	17,78	49,76
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	51,57	99,2	78,83
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	202,31	149,03	226,41



#### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2016: 79** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **236** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **191** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2015**, que foi de **96** dias para o rito sumaríssimo e de **146** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **131** dias para os dois ritos.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	20,33	39,31	31,12
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	37,88	71,43	60,36

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016
Do início até o encerramento da execução – ente privado	683,7	465,85	815,04
Do início ao encerramento da execução – ente público	788,32	855,95	745,47

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2016**, temos: **1.491** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **572** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **757** dias.



No exercício de **2015**, o tempo médio foi de **687** dias para o rito sumaríssimo e **439** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **490** dias para os dois ritos.

## 5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 31.08.17
Acordo	SUAP (legado)	11.821.702,32	1.955.012,15	-	-
	PJe	-	1.703.205,60	2.835.967,06	1.483.749,85
Espontâneo	SUAP (legado)	1.431.423,06	1.160.080,69	1.876.838,50	6.313.204,46
	PJe	-	23.102,35	493.126,97	14.061,76
Execução	SUAP (legado)	3.741.117,10	7.519.795,01	6.386.109,48	28.725.620,04
	PJe	-	-	9.447,72	1.483.749,85
<b>TOTAL</b>		<b>16.994.242,48</b>	<b>12.361.195,80</b>	<b>11.601.489,73</b>	<b>39.821.218,04</b>
ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 31.08.17
Custas processuais	SUAP (legado)	209.010,50	204.426,93	63.472,57	12.427,74
	PJe	-	23.958,86	35.734,81	59.240,72
Emolumentos	SUAP (legado)	300,00	-	-	-
	PJe	-	-	-	-
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	2.026.411,68	1.555.019,79	1.545.802,79	1.257.720,71
	PJe	-	106.921,48	190.322,67	497.775,84
Imposto de Renda	SUAP (legado)	16.244,42	131.280,22	15.517,94	108.368,01
	PJe	-	-	-	10.585,40
<b>TOTAL</b>		<b>2.251.969,60</b>	<b>2.021.607,28</b>	<b>1.850.850,78</b>	<b>1.946.118,42</b>
<b>Custas processuais dispensadas</b>	SUAP (legado)	308.068,53	130.388,05	17.754,54	20.575,39
	PJe	1.025,40	336.079,12	623.325,08	532.149,44
<b>TOTAL</b>		<b>309.093,93</b>	<b>466.467,17</b>	<b>641.079,62</b>	<b>552.724,83</b>



Constatou a Corregedoria Regional que a Unidade registrou, de forma equivocada, no processo 000087900-79.2014.13.0022, em 08/10/2014, um pagamento na ordem de R\$ 8.102.014,00 e, no processo 000061600-51.2012.5.13.0022, em 26/01/2017, R\$ 26.012.017,00.

## **6 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)**

### **6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução**

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

<b>Item</b>	<b>Sistema</b>	<b>Quantidade</b>
BACENJUD	SUAP	367
	PJe	66
	<b>TOTAL</b>	<b>433</b>
INFOJUD	SUAP	580
	PJe	8
	<b>TOTAL</b>	<b>588</b>
RENAJUD	SUAP	490
	PJe	12
	<b>TOTAL</b>	<b>502</b>
BNDT	Processos com registro de dados	343
	Processos com inclusão de devedor	251
	Processos com exclusão de devedor	94
	Processos com devedores inscritos	1.096
	<b>TOTAL</b>	<b>1.784</b>

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## **7 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS**

### **7.1 Processos analisados**

Foram analisados **130** processos por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **100** no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º



do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **11** despachos correicionais em processos do PJe e **07** em processos do SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

## 7.2 Gestão dos Sistemas Processuais

### 7.2.1 Panorama SUAP

Protocolos pendentes de apreciação	05
Processos com tramitação há mais de 40 dias	Não há

### 7.2.2 Panorama PJe

#### 7.2.2.1 Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	1	0001002-58.2017.5.13.0022 desde 18.07.2017
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela	3	0001324-78.2017.5.13.0022 entrada em 19.09.2017
Processos com Petições Avulsas	3	0002235-27.2016.5.13.0022 entrada em 21.09.2017
Processos com petições não apreciadas	49	Todos com data atual

#### 7.2.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	12	0000541-86.2017.5.13.0022 - 21.09.2017
Análise de Liquidação	6	0131119-11.2015.5.13.0022 - 21.09.2017
Análise de Execução	20	0131889-04.2015.5.13.0022 - 21.09.2017

**7.2.2.3 Demais fluxos (por amostragem)****- Caixa “Cumprimento de providências – liquidação”**

RTOrd 0000900-70.2016.5.13.0022 RTSum 0002233-57.2016.5.13.0022 RTOrd 0131678-65.2015.5.13.0022	Pendentes de liquidação desde 22.08.2017
---	--

**- Caixas diversas**

RTOrd 0131998-18.2015.5.13.0022 RTOrd 0131553-85.2015.5.13.0026 RTSum 0000668-58.2016.5.13.0022 RTSum 0001115-46.2016.5.13.0022 RTOrd 0000361-07.2016.5.13.0022 RTSum 0001469-71.2016.5.13.0022	Julgados improcedentes com ofício para pagamento dos honorários periciais já expedido ao TRT.
RTSum 0000340-52.2016.5.13.0015 RTOrd 0132076-12.2015.5.13.0022	Pendentes de remessa ao arquivo
RTOrd 0000099-48.2016.5.13.0025	Pendente de remessa ao arquivo provisório desde 21.08
RTOrd 0130587-37.2015.5.13.0022 RTOrd 0131656-07.2015.5.13.0022	Com prazo vencido para o perito
RTSum 0131419-70.2015.5.13.0022 RTSum 0002076-84.2016.5.13.0022	Arquivados provisoriamente sem certidão
RTOrd 0131717-62.2015.5.13.0022	Embargos de declaração concluso para julgamento desde 19.07.2017
RTOrd 0000268-10.2017.5.13.0022	Embargos de declaração concluso para julgamento desde 04.09.2017
RTSum 0000443-38.2016.5.13.0022	Valor liberado em 23.08.2016 não registrado na movimentação processual

**8 METAS DO CNJ** (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>103%</b>
Unidade Correicionada	<b>102%</b>



<b>Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>108%</b>
Unidade Correicionada	<b>120%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2017** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **1.109** casos novos (por distribuição) e **1.331** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **120%**.

<b>Meta 2/17 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>96%</b>
Percentual de julgamento da Vara correicionada calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015	<b>95%</b>

<b>Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais</b>	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>97%</b>
Unidade Correicionada	<b>87%</b>

<b>Meta 5/2016 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>88%</b>
Unidade Correicionada	<b>96%</b>

<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>70%</b>
Unidade Correicionada	<b>87%</b>



## **9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril/2017, com vistas ao biênio 2017/2018.

## **10 RECOMENDAÇÕES**

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico que tem pautado os trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

### **Aos Juízes:**

#### **1 Recomendações gerais:**

- a) determinem, permanentemente, **por decisão**, a ordem de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, de acordo com o estabelecido no art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- b) adotem a praxe de determinar por decisão, do tipo “Determinado o bloqueio ou a penhora *on line*”, quando da necessidade de utilização dos sistemas de consulta;
- c) adotem a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- d) adotem, salvo entendimento em contrário, o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela Instrução Normativa nº 39/2016 do TST, art. 6º;
- e) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- f) incrementem o uso dos sistemas eletrônicos, de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução, bem assim aumentar o índice da Meta 5/2017 do CNJ;



- g) abstenham-se de determinar o arquivamento provisório mediante “decisão de sobrestamento por execução frustrada”, uma vez que, adotado esse procedimento, o fluxo do PJe não permitirá, via normal, o arquivamento provisório do feito, o que impacta no cumprimento da Meta 05 do CNJ;
- h) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização.

## **2 Recomendações específicas:**

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) procedam ao imediato julgamento de todos os embargos de declaração que se encontram conclusos para decisão;
- c) adotem a prática de determinar o arquivamento definitivo daqueles processos que foram julgados improcedentes e aguardam, tão somente, o pagamento dos honorários periciais já em processamento no E. TRT da 13ª Região, porque o pagamento dar-se-á diretamente na conta do perito.
- d) procedam ao imediato julgamento daqueles processos que se encontram conclusos para proferimento de sentença com prazo vencido, a exemplo dos processos: 0000124-36.2017.5.13.0022, 0132010-32.2015.5.13.0022, 0131690-79.2015.5.13.0022, 0000440-83.2016.5.13.0022, 0130250-48.2015.5.13.0022, 0000251-71.2017.5.13.0022, 0001454-05.2016.5.13.0022, 0000393-75.2017.5.13.0022, 0000907-28.2017.5.13.0022, 0001669-78.2016.5.13.0022, 0000406-74.2017.5.13.0022.



## **À Diretora de Secretaria**

### **1 Recomendações gerais:**

- a) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo e-Gestão no site do TST e, também, pelo sistema Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) continue a motivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) continue a monitorar, no sistema PJe-JT, os agrupadores e as tarefas “Análise de Conhecimento” e “Análise de Execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito;
- f) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “Aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

### **2 Recomendações específicas:**

- a) implemente rotina de trabalho para que, nos processos do PJe, quando da protocolização dos incidentes processuais (recursos, embargos, agravos), seja observado o tipo de documento indicado pela parte, para proceder à alteração, se for o caso, de forma a evitar o ocorrido no processo 0000774-20.2016.5.13.0022, no qual o recurso ordinário foi apontado em tipo de documento como “Petição outras” e, assim sendo, não será contabilizado estatisticamente;
- b) antes do arquivamento provisório dos autos, emita certidão atestando a inexistência de depósito judicial/recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor, conforme modelo constante no anexo IV da



Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, evitando o ocorrido no processo 0130809-05.2015.5.13.0022;

c) diligencie junto às petições, pendentes de apreciação e juntadas no SUAP, para imediata conclusão ao juiz.

### **Aos servidores da Vara:**

#### **1 Recomendações gerais:**

a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;

b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”.

#### **2 Recomendações específicas:**

a) dispensem mais atenção ao registro, na movimentação processual, dos pagamentos efetuados, de forma a evitar o ocorrido nos processos 000087900-79.20145.13.0022 e 000061600-51.2012.5.13.0022, que receberam lançamentos equivocados.

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou o Desembargador Corregedor que a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa se encontra funcionando em plena regularidade, mediante adoção de medidas que buscam acelerar a prestação jurisdicional e alcançar os objetivos de fundamental importância estratégica para este Tribunal, o que é claramente evidenciado pelo índice alcançado na Meta 1/2016 (**102%**), o que vem se repetindo no ano corrente com o atingimento de índice na ordem de **120%**. Também porque, no triênio 2014/2016, a Vara apresentou um considerável crescimento do quantitativo de processos solucionados.

O Corregedor registra que o índice de conciliação no período correccionado, não obstante superior (**27,31%**) ao registrado na correição anterior (**25,87%**), encontra-



se abaixo da média do Regional que oscila entre 30% e 35%, pelo que incentiva a adoção de medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, para que, ao final deste exercício, a Unidade venha a alcançar a Meta 3 do CNJ, que ora se apresenta na ordem de **87%**.

Constata que a Vara apresentou aumento no quantitativo de processos que tramitam na execução, de **1.249** na correição anterior para **1.553** no atual período, correspondendo a um acréscimo de **24,33%**, como também no tempo médio de duração do processo de execução, de **490** dias no ano de 2015 para **757** dias no exercício de 2016, motivo pelo qual exorta os integrantes da Vara correicionada a canalizarem maiores esforços na busca da solução dos processos nessa fase, a fim de assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5/2017 do CNJ, ora no patamar de **87%**.

Chama a atenção para o tempo de duração do processo na fase de conhecimento, em razão das metas do Planejamento Estratégico deste Tribunal (2015-2020), uma vez que a Unidade registra aumento do tempo médio de duração do processo do ajuizamento à prolação da sentença de **131** dias, no ano de 2015, para **191**, no exercício de 2016.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor ressalta, na oportunidade, que a busca da otimização das rotinas procedimentais garantirá a celeridade processual, objetivo precípua desta Justiça Especializada.

## **12 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Corregedor visitou a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com o Magistrado Titular, a Magistrada Substituta fixa e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.



### **13 AGRADECIMENTOS**

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular, Normando Salomão Leitão, à Juíza Substituta fixa, Joliete Melo Rodrigues Honorato, à Diretora de Secretaria, Patrícia Zuíla Teotônio Rodrigues Pires, e aos servidores, Auzeni Ferreira Pereira, Hiram de Freitas Brasil, Ilanna Araújo Motta, Ionete Carneiro de Andrade, Janayna Mendonça de Sá Leitão, Jarismar Vicente de Sousa, José Soares Ribeiro, Juciane Farias Barbosa, Maria Verônica Vieira Alves, Maristela Barbosa Viana, Patrícia Feitosa Cruz, Rodrigo Ribeiro Brito, Sônia Maria de Araújo Gomes e Talita Simões Leão, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.

### **14 ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 25 de setembro de 2017.

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**  
**Desembargador Corregedor**